



**CIDADE DE
SÃO PAULO**

Relatório do Grupo de Trabalho Intersecretarial

Mercado Livre de Energia

2023/2024

SUMÁRIO

01

Mercado de Energia no
Brasil

02

Ambiente de Contratação
Livre no Brasil

03

Caso Estudado 1: PMRJ

04

Caso Estudado 2: GECE

05

Diagnóstico da PMSP

06

Atas das Reuniões do GTI

07

Principais Recomendações
de Ações

08

Próximos Passos

ABREVIACÕES, TERMOS E SIGLAS

ABRACEEL - Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia Elétrica;
ACL - Ambiente de Contratação Livre;
ACR - Ambiente de Contratação Regulada;
ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica;
BENCHMARKING - ou Ponto de Referência da tradução da língua inglesa;
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;
CHECKLIST - ou Lista de Checagem da tradução da língua inglesa;
CO2 - Dióxido de Carbono;
GECE - Governo do Estado do Ceará;
GEE - Gases de Efeito Estufa;
GWh - Gigawatt-hora;
GTI - Grupo de Trabalho Intersecretarial;
ESG - Environmental, Social and Governance, ou Governança Ambiental, Social e Corporativa da tradução da língua inglesa;
kW - quilowatt;
MME - Ministério das Minas e Energia;
MWh - megawatt-hora;
MW méd - megawatt médio;
Nações Unidas - Organização das Nações Unidas;
ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável;
ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico;
PDE - Plano Diretor Estratégico;
PGM - Procuradoria Geral do Município;
PL - Projeto de Lei;
PLANCLIMA - Política Municipal de Mudança do Clima;
PMRJ - Prefeitura do Município de Rio de Janeiro;
PMSP - Prefeitura de São Paulo;
SEGES - Secretaria Municipal de Gestão;
SF - Secretaria Municipal da Fazenda;
SGM - Secretaria do Governo Municipal;
SPP - São Paulo Parcerias S/A;
STAKEHOLDERS - ou Partes Interessadas da tradução da língua inglesa; e,
SVMA - Secretaria Municipal do Verde e do Meio-Ambiente.

INTRODUÇÃO

A Prefeitura de São Paulo (“PMSP”) através da Portaria n.º. 1.220 chancelada pelo Sr. Prefeito do Município Ricardo Luís Reis Nunes datada de 25 de Outubro de 2023 para realização de estudos e propostas relacionadas à aquisição de energia renovável no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), também chamado de mercado livre de energia.

A migração do consumo de energia dos prédios públicos da PMSP ao ACL está em linha com as estratégias de mitigação das emissões de Gases de Efeito Estufa (“GEE”) e da adaptação aos impactos da mudança do clima já reiteradas pelo Plano Diretor Estratégico (Lei Municipal n.º. 16.050 de 31/07/2014), bem como com as orientações dadas pela Política Municipal de Mudança do Clima (“PlanClima”) dada pela Lei Municipal n.º. 14.933 de 05/06/2009.

A Portaria designou para composição do GTI representantes das diversas secretarias da PMSP, entre elas, Secretaria do Governo Municipal (“SGM”), a Secretaria Municipal de Gestão (“SEGES”), a Secretaria Municipal da Fazenda (“SF”), a Secretaria Municipal do Verde e do Meio-Ambiente (“SVMA”) e a Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas (“SECLIMA”), além da Procuradoria Geral do Município (“PGM”).

A coordenação do GTI ficou sob responsabilidade da SGM, sendo que os membros titulares e suplentes do GTI foram designados pela Portaria n.º. 190 da SGM com data de 14 de Novembro de 2023. Ficou autorizado que o participassem das reuniões do GTI membros da Administração Pública Municipal, entidades da sociedade civil organizada e, demais entidades públicas e privadas.

O GTI realizou 4 reuniões temáticas nos dias 16/11/2023, 23/11/2023, 30/11/2023 e 07/12/2023 visando estabelecer um panorama geral do consumo de energia da PMSP, um diagnóstico das experiências com o ACL de outras cidades e unidades federativas e, também um mapa ativo das melhores práticas dos players de mercado e associações setoriais.

Por fim, o GTI trabalhou na discussão e na concepção de um Relatório Final e de um Plano de Implantação de um Grupo de Trabalho Permanente com fins de construir os instrumentos efetivos que comprovem a vantajosidade e estructurem de maneira completa os ritos licitatórios competitivos para migração ao ACL do consumo dos prédios públicos desta PMSP.

MENSAGEM DO GTI - MIGRAÇÃO AO ACL

VISÃO DE FUTURO

A migração efetiva ao ACL permitirá que a PMSP esteja em absoluta sintonia com os ODS, além de apresentar uma oportunidade de grande economia aos cofres públicos, desenvolver políticas públicas de sustentabilidade e de um consumo de energia limpa e renovável.

A migração ao ACL do consumo de energia dos prédios públicos da Prefeitura do Município de São Paulo permitira uma atuação estruturada em 5 pontos estratégicos:

1. **Sustentabilidade** - Compromisso com um consumo de energia advinda de matriz limpa e renovável;
2. **Economicidade** - Redução do valor das faturas de energia elétrica e maior previsibilidade orçamentária;
3. **Produtividade** - A migração ao ACL é geradora de um mais eficiência energética e de plena adequação aos padrões ESG;
4. **Parcerias** - Permitir que o setor público replique experiências de sucesso em outros países, unidades federativas e no mercado;
5. **Variabilidade** - Figurar como um vetor de redução das emissões de GEE e CO₂ de fonte estacionária.

Nesse íterim, a PMSP alinha-se com o PlanClima e os ODS das Nações Unidas, especialmente o ODS nº. 7 - que visa assegurar acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos - e o ODS nº. 11 - que quer tornar as cidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

01

MERCADO DE ENERGIA NO BRASIL

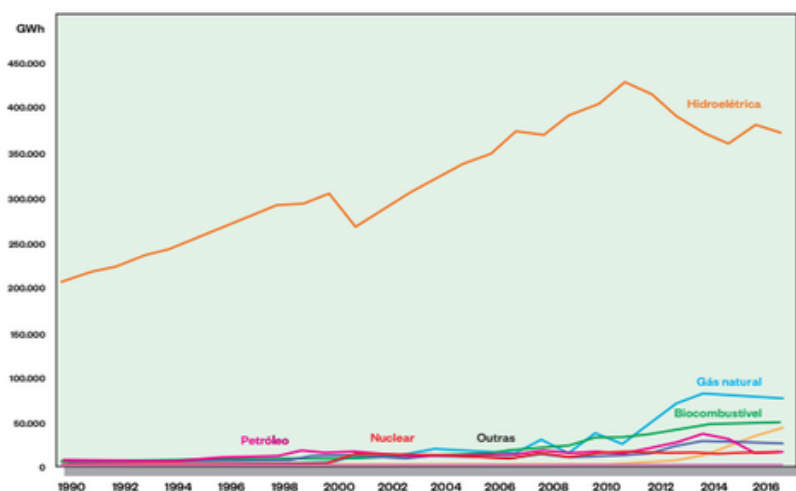
O Brasil possui uma das eletricidades renováveis mais baratas e abundantes (FGV Energia, 2023). A lógica do Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) reforça essa vocação para a sustentabilidade e denota uma economicidade fundamental ao setor público.

Energia Limpa

O Brasil conta com um grande diferencial competitivo na perspectiva da sustentabilidade através de sua matriz energética renovável (Oliveira e Ferreira, 2022), de modo que 83,3% da eletricidade produzida no país é advinda de fontes renováveis.

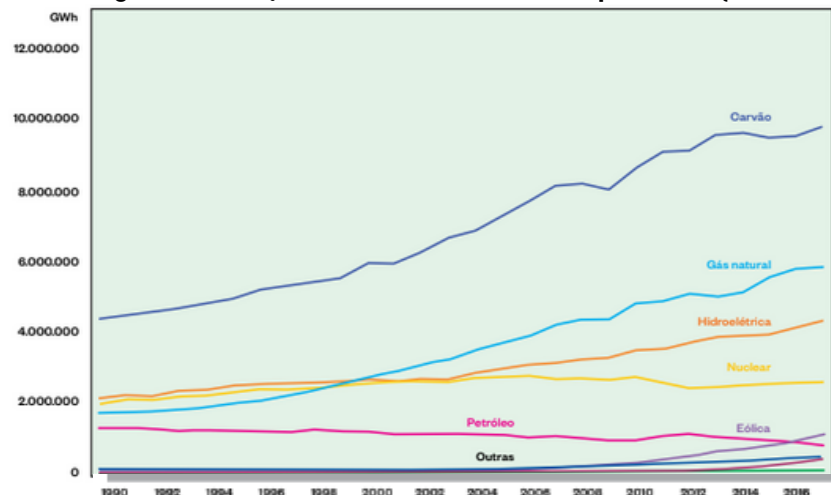


Figura 1. Geração de Energia no Brasil por Fonte (1990-2017)



Fonte: Elaborado por Oliveira e Ferreira (2022) a partir de dados publicados pelo IEA.

Figura 2. Geração de Eletricidade Global por Fonte (1990-2017)



Fonte: Elaborado por Oliveira e Ferreira (2022) a partir de dados publicados pelo IEA.

MERCADO DE ENERGIA NO BRASIL

Nosso país também conta com espaço físico-geográfico e demais matérias-primas que facilitam tanto capacidades energéticas estratégicas quanto a cadeia de valor da energia. Além da predominância da matriz hidrelétrica que é também uma forma eficiente de geração elétrica, encontramos uma disposição natural para a expansão estratégica na geração eólica e fotovoltaica.

Essas fontes permitem um consumo total de recursos e emissões de GEE menores que as fontes fósseis majoritariamente utilizadas no mundo.

Ambiente de Contratação

Regulada

O Brasil em distintas esferas federativas realizou ao longo dos anos 1990 a desestatização das empresas públicas de geração, de transmissão e de distribuição de eletricidade com fins de que os serviços de infraestrutura crescessem em consonância com os demais setores econômicos (Baer e McDonald, 1997; Tolmasquim, 2015).

Estabeleceu-se uma agência reguladora federal - a Agência Nacional de Energia Elétrica - visando conciliar os interesses dos governos, dos consumidores e das empresas prestadoras dos serviços de energia (ANEEL, 2022), estabelecendo regras claras acerca das tarifas, da regularidade, da cobertura e da continuidade da prestação, da segurança energética e da qualidade dos serviços públicos prestados.

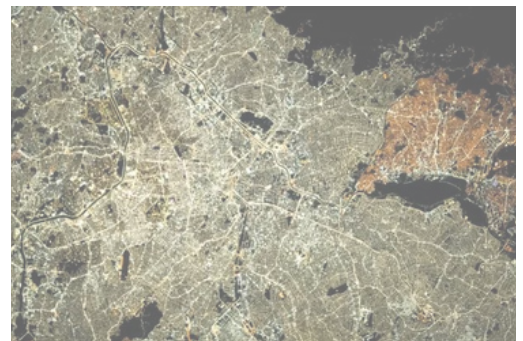
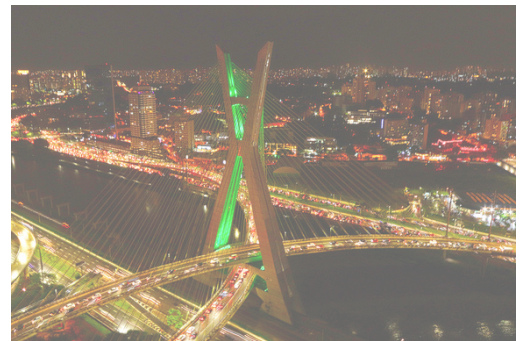
Como apontado por Silva (2020), a comercialização passou a contar com o Ambiente de Contratação Regulada ("ACR") e o ACL.

Na modalidade do ACR, as empresas distribuidoras compram energia elétrica nos leilões promovidos pela ANEEL e/ou pela Câmara de Comércio de Energia Elétrica ("CCEE"), seguindo as diretrizes do Ministério de Minas e Energia ("MME") e outros parâmetros técnicos do Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS").

As empresas vencedoras desses leilões fornecem energia elétrica aos consumidores e repassam os preços aos mesmos ("consumidores cativos"), que não participam dos leilões e que só compram energia das concessionárias que atendem sua região geográfica.

A lógica do ACL é diametral, uma vez que o consumidor final poderá comprar energia elétrica de outras distribuidoras, ao negociar contratos diretamente com as comercializadoras e/ou geradoras. O consumidor firmará então um contrato para distribuição e outro com a vendedora de energia no mercado livre, sendo que o primeiro elemento traduz a relação da qualidade e da continuidade do serviço de energia através das redes distribuidoras.

O ACL, como será explanado no próximo capítulo, permite melhores oportunidades e preços mais baixos no tema da compra de energia elétrica desses players qualificados.



02

AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE NO BRASIL

Definição

O Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) foi criado pela Lei Federal n°. 9.074 de 1995, de modo que na definição da CCEE apenas os consumidores ditos “livres” (com demanda superior a 500 kW ou uma conta de luz de RS 140 mil) poderiam ser aderentes. A Portaria Normativa n°. 50/GM/MME de 27/09/2022 permitiu que todos os consumidores conectados em alta tensão pudessem comprar sua energia no contexto do ACL - segundo a ABRACEEL com contas a partir de RS 10 mil. O PL n°. 414/2021 aprofundou a expansão do ACL com a inclusão de consumidores com demanda abaixo de 500 kW, reforçando a perspectiva de aprimoramento do modelo comercial e regulatório. O ACL permite que os consumidores negociem livremente contratos de energia elétrica com diferentes fornecedores e comercializadores (ABRACEEL, 2023). Logo, esses compradores e vendedores celebram contratos de comercialização de energia elétrica em condições negociadas entre elas.

No ACL, a distribuidora não irá acumular necessariamente o papel de distribuição e de comercialização da energia elétrica. Isto é, ainda que uma empresa ou ente mantenha os serviços de distribuição, a compra da energia elétrica se dará daquele que oferecer ao consumidor final seu melhor preço.

Benefícios

Entre os principais benefícios do ACL estão a maior competição entre os players do setor e menores preços, delimitando o período de contratação, sua demanda específica (com a possibilidade de definir bandas de flexibilidade) e de escolher uma carteira 100% limpa e renovável.

A competição entre as empresas reforça um cenário de capacidades estatais em prol de eficiência energética, incentivando também menores preços, atendimento mais qualificado e mais inovação tecnológica.

A migração ao ACL encontra precedentes no setor público, entre eles, a SABESP, o Metrô de São Paulo e a Marinha do Brasil, além da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro (“PMRJ”) e do Governo do Estado do Ceará (“GECE”).

O risco regulatório está dirimido com a Portaria Normativa n°. 50/GM/MME e o PL n°. 414/2021, entre outros marcos normativos.

Há possibilidade de realização de processo licitatório célere via pregão (considerando a energia na chave de bens intangíveis).

Por fim, o ACL está blindado dos riscos adicionais do “mercado cativo”, por exemplo, a contratação de térmicas ou decisões políticas sobre o custo da energia.

Benchmarking

Há enorme vantagem em realizar a migração ao ACL. Segundo dados da ABRACEEL (2023), a migração permite uma economia média de 20% na fatura de energia elétrica. Esses números foram exponenciados nas experiências estudadas no setor público por esse GTI, por exemplo, nos casos da PMRJ e do GECE.

A ABRACEEL (2023) contabilizou que o ACL permitiu uma economia da ordem de RS 41 bilhões aos consumidores aderentes, significando não só economia de recursos, mas, eficiência energética.

A abertura completa do mercado de energia ao ACL depois de 2026 (Grupo A e B), nos termos do PL n°. 414 de 2021, permitirá uma economia anual adicional de RS 25 bilhões.



CASO ESTUDADO I: PMRJ

Principais pontos sobre a
experiência da PMRJ

ESTRUTURAÇÃO:

Comercializadoras e Geração de Energia:

- Atualmente são mais de 500 comercializadoras cadastradas na CCEE; e,
- A CCEE congrega mais de 15 mil agentes do mercado de energia.

Centralização dos dados de consumo na PMRJ:

- Sede da PMRJ na Cidade Nova foi selecionada estrategicamente; e,
- Critério de maior consumo para mostrar funcionalidade e segurança.

Processo de Licitação:

- Modelagem de pregão como modalidade do processo de licitação;
- Opção pelo modelo de Menor Preço; e,
- Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário.

Fase 1: Sede da PMRJ - Centro Administrativo São Sebastião e Anexo;

Fase 2: 22 hospitais que respondem por mais de 50% do consumo total da PMRJ; e,

Fase 3: Em processo de licitação para o Centro de Operações do Rio.

RESULTADOS:

56% de economia na conta
da Prefeitura do RJ.

8 mil toneladas de CO2
reduzidas.

Economia redistribuída para transporte público.
Venda de energia excedente para o mercado.

04

CASO ESTUDADO II: GECE

Principais aspectos sobre a experiência do GECE

ESTRUTURAÇÃO:

Comercializadoras e Geração de Energia:

- Atualmente são mais de 500 comercializadoras cadastradas na CCEE; e,
- A CCEE congrega mais de 15 mil agentes do mercado de energia.

Centralização dos dados de consumo no GECE:

- Foram selecionadas 281 unidades consumidoras de prédios públicos do Governo do Estado do Ceará com consumo de 575.907 MWh, sendo precedidas de estudo de avaliação técnica; e,
- Critério de seleção estabelecido em razão da aptidão de unidades e alto consumo energético.

Processo de Licitação:

- Modelagem de pregão como modalidade do processo de licitação;
- Opção pelo modelo de Menor Preço; e,
- Regime de Execução Indireta: Empreitada por Preço Global.

Aspectos Elementares:

- Seleção de 281 unidades que representam um consumo médio de 107,9 GWh/ano e despesas anuais de aproximadamente R\$ 77,5 milhões; e,
- Modelo varejista foi adotado, em razão dos benefícios econômicos e menor necessidade de intervenções estruturais.

RESULTADOS:

Redução de custos de 30% ao ano na conta do GECE.

Economia anual de até R\$ 31,0 milhões em 5 anos de Contrato.

Economia com a redução de custos, eficiência energética e sustentabilidade ecológica.

05

DIAGNÓSTICO DA PMSP

O GTI foi organizado para estudar os temas e propostas relativas à aquisição de energia limpa e renovável no contexto do Ambiente de Contratação Livre ("ACL") ou mercado livre de energia.

Desta forma, o GTI intentou problematizar, traduzir debates, apresentar estudos técnicos e experiências práticas - seja dos demais entes federativos seja do mercado - acerca do ACL.

Procurou-se definir conceitos e premissas técnicas que devem ser testadas em estudos e modelagens posteriores acerca da migração, da gestão e do suprimento de energia elétrica para unidades consumidoras da Administração Direta da PMSP.

Em levantamento prévio, a São Paulo Parcerias S/A delimitou 205 (duzentas e cinco) unidades consumidoras relativas a 37 (trinta e sete) órgãos da Administração Direta, que somam uma carga total de 7,3 MW_{éd}. São pontos estratégicos para migração ao ACL desta PMSP:

Sustentabilidade

Estabelecer um compromisso de consumo de energia das unidades consumidoras da PMSP - no âmbito da Administração Direta - advinda de matriz limpa e renovável. É possível então reforçar um arranjo institucional ainda mais eficiente de políticas públicas de sustentabilidade.

Economicidade

Redução dos valores das faturas de energia elétrica das unidades consumidoras da Administração Direta - em um patamar mínimo de 20% conforme dados da ABRACEEL (2023) -, fomentando inclusive maior previsibilidade orçamentária. Destaca-se então um dispêndio financeiro ainda mais eficiente e responsável.

Produtividade

A migração das unidades consumidoras ao ACL será geradora de mais eficiência energética e de maior adequação aos critérios ESG. Essa lógica completa a dinâmica de otimização de recursos e de redução de custos institucionais, permitindo a otimização das políticas públicas e um alinhamento com os princípios fundamentais da Administração Pública.

Parcerias

Permitir através de benchmarking qualificado e o sucesso das experiências executadas em outras unidades federativas, em outros países e das das boas práticas do mercado, estruturando uma modelagem que possa servir de referência para outros Projetos de energia limpa no Brasil e no mundo.

Variabilidade

Figurar como um vetor de redução das emissões de GEE e de CO₂ de fonte estacionária. A diversificação da matriz energética da PMSP é uma alternativa factível ao aumento nos custos da energia elétrica no Brasil e no mundo. Além disso, a PMSP opta por adotar mecanismos sustentáveis para o desenvolvimento urbano da Municipalidade.

DIAGNÓSTICO DA PMSP

PLANCLIMA - AÇÃO 3 | Rumo ao Carbono Zero em 2050



ORIGEM | CONTEXTO LEGAL | ALINHAMENTO

- Plano Diretor Estratégico - PDE (Lei Municipal nº. 16.050/2014);
- Política Municipal da Mudança do Clima (Lei Municipal nº. 14.933/2009);
- Política Nacional sobre a Mudança do Clima (Lei Federal nº. 12.187/2009);
- Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia (Lei Federal nº. 10.295/2001);
- Plano Decenal de Energia 2020-2029; e,
- Projeto de Lei nº. 107/2019 (Propõe a instituição da Política Municipal de Energia Solar).

Mobilizar esforços para fomentar a produção e a distribuição de energia proveniente de fontes renováveis e a geração distribuída, bem como a melhoria da eficiência energética de equipamentos.

A PMSP deve empreender ação política compatível com a dimensão de sua capacidade econômica e de seus desafios, para apoiar a produção e distribuição de energia de fontes renováveis e a geração distribuída, com o objetivo de alcançar 13% das edificações residenciais e 24% das comerciais com sistemas de geração de energia elétrica fotovoltaica em 2050, além de buscar a instalação de tais sistemas em seus equipamentos públicos.

Deve também apoiar a melhoria da eficiência energética de equipamentos a partir das compras públicas municipais, parcerias e incentivos, de modo a diminuir as emissões de gases de efeito estufa deles decorrentes e o consumo de recursos naturais.

A PMSP deve priorizar a contratação de empresas locais, próximas aos equipamentos, para apoiar sua melhoria energética e manutenção, e promover programas de capacitação para profissionais que atuem na área de eficiência energética e geração distribuída.

Neste sentido, as contribuições do PlanClima (2021) desta PMSP nos trechos destacados (grifos nossos) reforçam o entendimento sinérgico deste GTI entre as ações da PMSP e a migração ao ACL relativo ao consumo dos prédios públicos.

DIAGNÓSTICO DA PMSP

Conforme indicado por Oliveira e Ferreira (2022), os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (“ODS”) figuram como 17 indicadores objetivos que descendem das Metas do Milênio das Nações Unidas - um conjunto de propósitos e ações que deveriam ter ser cumpridos até o ano de 2015.

Destaca-se que o pior resultado foi observado exatamente na meta da garantia da sustentabilidade ambiental, sobretudo, com o aumento da emissão de GEE e da destruição e supressão dos biomas naturais, entre outros. Neste aspecto, a ONU organizou na Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável em 2015 tanto a Agenda 2030 quanto os ODS (ONU, 2023), que foram absorvidos por inúmeros governos e empresas para seu planejamento estratégico e adequação aos padrões ESG.

Em linha com o Plano Diretor e o PlanClima, acreditamos que a migração ao ACL da PMSP contribuirá para o cumprimento dos seguintes Objetivos:



ODS Prioritário

O **Objetivo n.º 7** visa assegurar, até 2030, acesso universal a serviços de energia, aumento expressivo das energias renováveis na matriz global, duplicação da eficiência energética e cooperação internacional para facilitar o acesso a tecnologias limpas. Também busca expandir a infraestrutura e modernizar tecnologias para fornecer serviços sustentáveis em países em desenvolvimento.



ODS Prioritário

O **Objetivo n.º 9** quer promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no setor de emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países menos desenvolvidos.



ODS Prioritário

O **Objetivo n.º 11** quer até 2030 reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.



ODS Prioritário

O **Objetivo n.º 12** visa padrões sustentáveis de produção e consumo. Inclui a implementação do Plano Decenal sobre Produção e Consumo Sustentáveis, a gestão eficiente de recursos até 2030, a promoção da gestão ambientalmente saudável de produtos químicos, a significativa redução da geração de resíduos, o estímulo a práticas sustentáveis nas empresas, compras públicas sustentáveis e a eliminação gradual de subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis.

06 ATA DAS REUNIÕES DO GTI

Ata Resumida - 16/11/2023

Participantes

SGM/SEDP, SEGES, SF, SVMA, SECLIMA e PGM;

Pauta Resumida

O Grupo de Trabalho Intersecretarial reuniu-se pela primeira vez na data visando compreender conceitualmente o ACL, apresentando benchmarking internacional de iniciativas para energia limpa e exemplos da aquisição de energia via mercado livre em outras unidades federativas. Foram apresentadas também as iniciativas e Projetos que compõem o Programa de Energia Limpa da Prefeitura de São Paulo, dirimindo os benefícios esperados, demais impactos e orientações técnicas;

Encaminhamentos

Estudo avançado dos cases da Prefeitura do Rio de Janeiro ("PMRJ") e do Governo do Estado do Ceará ("GECE"); e,
Convocação de equipe técnica da São Paulo Parcerias S/A para apoio ao trabalho do GTI.

Ata Resumida - 23/11/2023

Participantes

SGM/SEDP, SEGES, SF, SVMA, SECLIMA, SPP e PGM;

Pauta Resumida

Em sua 2ª Reunião, o GTI abordou com maior detalhamento os projetos implantados pela PMRJ e pelo GECE, realizando comparações editalícias e dos mecanismos de transição energética das unidades consumidoras. Também atentou-se aos prazos de vigência contratual e eventuais adequações aos marcos reguladores. Além dos estudos levantaram-se riscos e benefícios relativos a implantação do Projeto, os mecanismos fundamentais para segurança jurídica e energética e, da necessidade de um mapeamento ativo e abrangente dos dados de consumo energético e infraestrutural das unidades migráveis ao modelo do ACL;

Encaminhamentos

Foram marcadas reuniões com o GECE na data de 30/12/2023 e com a PMRJ na data de 07/12/2023, além do planejamento aos convites da ABRACEEL e players do setor privado.

ATA DAS REUNIÕES DO GTI

Ata Resumida - 30/11/2023

Participantes

SGM/SEDP, SEGES, SF, SVMA, SECLIMA, PGM, SPP, Grupo Raízen, 2W Ecobank, Grupo São Martinho e ABRACEEL;

Pauta Resumida

Em sua 3ª Reunião, o GTI consolidou os benefícios na redução de custos e da eficiência energética dada pela modelagem e pela implementação de um Projeto de ACL na PMSP. Discutiram-se as vantagens da adoção do ACL e as melhores práticas do mercado, com os precedentes de sucesso nos entes federativos estudados e demais tendências do mercado de energia no Brasil. Por fim, pormenorizou-se as discussões do Relatório Final e do Plano de Implantação Prévio;

Encaminhamentos

Construção das Principais Recomendações, do Relatório Final e próximos passos do GTI.

Ata Resumida - 07/12/2023

Participantes

SGM/SEDP, SEGES, SF, SVMA, SECLIMA, SPP e PGM;

Pauta Resumida

Em sua última reunião do GTI, apresentou-se com maior nível de detalhamento os Projetos de ACL implementados nas unidades federativas estudadas, destacando os resultados obtidos com economia de 56% nas contas públicas de energia da PMRJ em suas unidades migradas ao ACL. Discutiram-se outros critérios determinantes para seleção das unidades consumidoras e da possibilidade do fracionamento em fases da implantação do Projeto, do monitoramento de dados e políticas públicas. Além disso, considerou-se também os desafios enfrentados na modelagem e na implantação do mesmo.

Encaminhamentos

Estruturação de checklist inicial dos documentos e parâmetros técnicos demandados para um modelo ACL; Início do levantamento e da avaliação técnica acurada das unidades aptas a efetivar a migração ao ACL.

07

PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES DE AÇÕES

A presente sessão congrega as principais recomendações e os apontamentos perpetrados pelo GTI ao longo das suas reuniões de trabalho, visando mapear e estruturar os principais pontos a serem desenvolvidos para modelagem e para a efetiva implantação do Projeto até 2024.

O GTI estudou tecnicamente o Ambiente de Contratação Livre ("ACL") tanto da perspectiva dos seus principais conceitos balizadores quanto do ótica dos Projetos já estruturados e implementados por outros entes federativos.

Esse aprofundamento analítico concluiu que o ACL permitirá economicidade e eficiência energética para aquisição de energia elétrica focada nas unidades consumidoras da Administração Direta desta PMSP, apresentando uma tendência expressa para conjugar um cenário propício à vantajosidade em relação ao modelo do mercado cativo.

A experiência de outros entes federativos e o amadurecimento deste mercado no contexto brasileiro a partir dos marcos regulatórios já listados neste Relatório, também são garantidores de segurança jurídica e regulatória para implementação desse arranjo.

Ao discutir os modelos implementados de ACL implantados na PMRJ e no GECE, além de escutar os principais atores de mercado e um rol de boas práticas reunidas pela ABRACEEL, o GTI reforça a conveniência e a oportunidade na realização de um Projeto que congrega a migração ao mercado livre no modelo de comercialização varejista, além de seu alinhamento com os princípios da Administração Pública.

Recomenda-se que a estruturação do Edital e demais termos para Pregão Eletrônico para aquisição de energia elétrica no ACL estejam sob responsabilidade de SEGES, com apoio de SGM, SPP e demais secretarias participantes do GTI. A SGM, a SPP e demais secretarias darão apoio para formulação de Notas Técnicas e demais estudos que pavimentem a migração referenciada. Ao mesmo tempo, SEGES contará com o apoio desses stakeholders para estruturação de Consulta Pública e outras etapas necessárias aos ritos da Sessão Pública de Pregão Eletrônico.

Ações	Responsável	Prazo
Formação de Grupo de Trabalho Permanente.	Coordenado por SGM, formado pelos secretarias já listadas e com apoio da SPP.	Janeiro/2024.
Elaboração de Edital e demais termos para Pregão Eletrônico para Aquisição de Energia Elétrica no ACL.	Coordenado por SEGES, com apoio de SGM, SPP e demais secretarias do GTI.	Até Fevereiro/2024.
Estruturação de Consulta Pública e dos demais ritos licitatórios necessários para execução de Sessão Pública de Pregão.	Coordenado por SEGES, com apoio de SGM, SPP e demais secretarias do GTI.	Março/2024.
Elaboração de Notas Técnicas e Estudos Adicionais que apoiem a estruturação da modelagem editalícia e do rito licitatório.	Coordenado por SGM, com apoio de SPP, SEGES e demais secretarias do GTI.	Até Junho/2024.



PRÓXIMOS PASSOS

E daqui para a frente?

Além dos insumos técnicos e recomendações perpetrados nas seções anteriores, o GTI também recomenda ao Sr. Prefeito do Município de São Paulo Ricardo Luís Reis Nunes e ao Sr. Secretário do Governo Municipal Edson Aparecido dos Santos que transformem o Grupo de Trabalho Intersecretarial criado pela Portaria nº. 1.220 de 25 de Outubro de 2023 e pela Portaria nº. 190 de SGM datada de 14 de Novembro de 2023, que trata da realização de estudos e propostas relacionadas à aquisição de energia renovável no ACL ou mercado livre de energia, em um Grupo de Trabalho Permanente.



01 Grupo de Trabalho Permanente

Transformação do presente GTI em Grupo de Trabalho Permanente com foco na aquisição de energia no mercado livre ou ACL para as unidades consumidoras da Administração no bojo da PMSP sob coordenação de SGM;



02 Estruturação dos Editais e Ritos Licitatórios

A estruturação dos documentos editais e termos para execução do Pregão Eletrônico para compra de energia elétrica no ACL será de responsabilidade de SEGES, com apoio de SGM e demais secretarias envolvidas no GTI;



03 Cronograma para Migração ACL

O GTI deverá proceder com a migração ao ACL das unidades consumidoras mapeadas durante o ano de 2024 e do desenvolvimento do Projeto para executá-lo visando maximizar as oportunidades e os benefícios do Programa de Energia Limpa para consumo ACL já no ano de 2025, bem como estruturando um Plano de Implantação Prévio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRACEEL. **Cartilha do Mercado Livre de Energia**. Brasília/DF: Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia - ABRACEEL, 2023.

BAER, W. McDONALD, C. **Um Retorno ao Passado? A Privatização de Empresas de Serviços Públicos no Brasil: O Caso do Setor de Energia Elétrica**. IPEA, Brasília/DF, Planejamento e Políticas Públicas, n.º. 16, Dezembro 1997.

BRASIL. **Lei Federal n.º. 9.074, de 07 de Julho de 1995**. Brasília/DF: República Federativa do Brasil, 1995.

BRASIL. **Lei Federal n.º. 10.295, de 17 de Outubro de 2001**. Brasília/DF: República Federativa do Brasil, 2001.

BRASIL. **Lei Federal n.º. 12.187, de 29 de Dezembro de 2009**. Brasília/DF: República Federativa do Brasil, 2009.

BRASIL. MME e EPE. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2029**. Brasília/DF: Ministério das Minas e Energia, Empresa de Pesquisa Energética, 2020.

BRASIL. Senado Federal. **PL n.º. 414/2021**. Brasília/DF: República Federativa do Brasil, 2021.

BRASIL. MME. **Portaria Normativa n.º. 50/GM/MME de 27/09/2022**. Brasília/DF: Ministério das Minas e Energia, 2022.

FGV Energia. **Hidrogênio de Baixo Carbono: A Importância dos Avanços em Questões Estruturantes**. Fundação Getúlio Vargas, Cadernos FGV Energia, Rio de Janeiro/RJ, Ano 09, n.º. 20, Novembro 2023.

OLIVEIRA, G. FERREIRA, A. V. **Nem Negacionismo Nem Apocalipse - Economia do Meio-Ambiente: Uma Perspectiva Brasileira**. São Paulo/SP: Bei, 2021.

PMSP. **Política Municipal de Mudança do Clima (Lei Municipal n.º. 14.933, de 05 de Junho de 2009)**. São Paulo/SP: Prefeitura do Município de São Paulo, 2009.

PMSP. **Plano Diretor Estratégico - PDE (Lei Municipal n.º. 16.050, de 31 de Julho 2014)**. São Paulo/SP: Prefeitura do Município de São Paulo, 2014

PMSP. **PlanClimaSP - Plano de Ação Climática do Município de São Paulo 2020-2050**. São Paulo/SP: Prefeitura do Município de São Paulo, 2021.

PMSP. Gabinete do Prefeito. **Portaria n.º. 1.220, de 25 de Outubro de 2023**. São Paulo/SP: Prefeitura do Município de São Paulo, 2023.

PMSP. SGM. **Portaria n.º. 190, de 14 de Novembro de 2023**. São Paulo/SP: Prefeitura do Município de São Paulo, 2021.

ONU. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília/DF: Organização das Nações Unidas - Brasil, 2023.

SILVA, E. D. B. da. **Contratos de Energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR): Análise de Oportunidades para Realização de Leilões de Energia Existente (LEE) Futuros, sob o Aspecto de Mercado para o Consumidor e dos Vencimentos Futuros**. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/Rio), Instituto de Energia da PUC (IEPUC), Rio de Janeiro/RJ, 2020.

TOMALSQUIN, M. T. **Novo Modelo do Setor Elétrico Brasileiro**. Brasília/DF: EPE, 2015.

RECONHECIMENTOS

O GTI da migração ao ACL ou mercado livre de energia foi formado pelos seguintes membros e membras:

- 1.SGM: Secretário Executivo Paulo J. Galli e Coordenador Martim A. Tassinari;
2. SEGES: Diretor de Departamento Bayard do Couto e Silva e Assessor Felipe B. Gomes;
- 3.PGM: Procurador Maurício M. Tonin e Procuradora Luciana C. de B. V. dos Santos;
- 4.SF: Assessor Thiago de O. Chaves e Assessora Letícia C. de Oliveira;
- 5.SVMA: Secretário Rodrigo P. P. Ravena e Chefe de Gabinete Tamires C. de Oliveira; e,
- 6.SECLIMA: Secretário Executivo Gilberto T. Natalini e Coordenador André Previato.

O GTI foi secretariado pelo Assessor Especial Marcelo A. Marques.

Agradecemos pela participação qualificada nas reuniões técnicas do GTI e/ou na composição das agendas públicas: (i) o GECE através da SEINFRA com o Consultor Sérgio Araújo e o Assessor Pedro T. P. Freitas; (ii) a PMRJ através da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento com o Gerente de Projetos Willians Gaspar; (iii) a ABRACEEL com o Diretor de Comunicação José Casadei e a Coordenadora Yasmin Martins; (iv) a SPP com a Diretora Marcela O. Santos e o Assessor Kevin Carvalho; (v) o Grupo Raízen através dos Executivos Camilo B. Reis, Eder Freitas e Fábio Marcelino; (vi) o Grupo São Martinho através dos Executivos Helder L. Gosling, João V. Eliseu e André A. S. Cardoso; e, (vii) o Grupo 2W Ecobank com os Executivos Cláudio Ribeiro e Lucas R. de Freitas.

Agradecemos também aos demais membros da Administração Municipal Direta e Indireta, entre eles: (a) os Assessores de SEGES José C. Callegari e Marcus V. C. Casasco, além do Coordenador de COBES João Paulo Greco; (b) a Chefe de Gabinete Luciana Feldman e o atual Secretário Executivo de Mudanças Climáticas José Renato Nalini; e, por fim, (c) as Assessoras da SPP Fernanda A. G. Quiroga Mosquera e Maria V. Xisto.

O Relatório Final do GTI foi elaborado pelo Assessor Especial Marcelo A. Marques, com apoio dos Estagiários de SGM/SEDP Breno P. Lemos e Fernando M. Cabrera, congregando o trabalho do GTI e contando com a aprovação dos seus membros e membras.

Contato

Prefeitura do Município de São Paulo

Secretaria de Governo Municipal

Palácio Matarazzo,

Viaduto do Chá, nº. 15, Centro Histórico, São Paulo/SP.

Telefones: (11) 3113-8000 e/ou (11) 3113-8118.

<https://www.capital.sp.gov.br/>



**CIDADE DE
SÃO PAULO**